

Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da AIP-CCI
21 de Julho de 2015

Senhor Secretário de Estado, Senhor Presidente, Entidades Oficiais, Senhores Convidados, Senhores membros dos Órgãos Sociais, minhas Senhoras e meus Senhores,

Talvez inspirado pelo conhecimento do local onde esta cerimónia se ia realizar, entendi que não deveria fazer um discurso muito formal e que iria tentar ser prático em relação aos problemas que nos preocupam.

E como a memória às vezes não é muito longa, pareceu-me que seria útil falar do que foram os últimos anos, daquilo que podemos esperar do futuro e, sobretudo, daquilo em que nos deveríamos envolver para o construir da melhor forma possível.

Onde é que nós estamos?

Nós estamos fundamentalmente, no que diz respeito à economia e às finanças portuguesas e até à sociedade portuguesa, a viver as consequências da não adaptação do nosso modelo económico às mudanças que ocorreram nos últimos anos no mundo e na Europa. A queda do muro de Berlim; quatro alargamentos da União Europeia; a aceleração do fenómeno da globalização a partir de 1992 e a generalização da economia de mercado, até em países que ainda conservam um regime comunista, com a notável excepção da Coreia do Norte, fez com que houvesse um aumento brutal da concorrência. Nós não nos adaptámos a esses fenómenos, mesmo quando tivemos instrumentos financeiros dirigidos a esse objectivo. A forma como sempre foram distribuídos os fundos comunitários significou, na generalidade dos casos, uma concentração brutal de poder nos governos e nos governantes em relação às decisões económicas, em detrimento de decisões de mercado, o que levou a uma concentração indesejável no sector dos bens não transaccionáveis. Como sabemos uma aliança entre o poder político e o poder económico dessas

empresas, com a consequente extracção de rendas nos sectores protegidos. Ainda hoje todos temos a noção do que isso representa para as nossas actividades, quer no que respeita à energia, quer no que diz respeito às telecomunicações. Um sobreinvestimento em obras públicas, só por si significou, progressivamente e à medida que os pagamentos escalonados dessas obras se tornaram efectivos, um peso importante na dívida, com muito pouca rentabilidade. Tudo isso conduziu a más decisões e muita corrupção e a muitos dos problemas que os portugueses hoje vêem com tão maus olhos, e com muita razão.

Tivemos uma política financeira muito laxista; nunca tivemos contas equilibradas, ninguém resistiu à tentação de concentrar a luta eleitoral na despesa social, levando à situação actual em que o peso dos salários e das despesas sociais representam 78% das despesas primárias do Estado. A manutenção da ilusão que o relançamento da economia se pode obter através do aumento da despesa pública, sem considerar que, pelo menos desde o início do milénio, tivemos desequilíbrios externos que chegaram a atingir 10% do PIB. Nem era possível continuar a financiar a despesa pública que se foi continuando a fazer, nem se devia confiar na possibilidade do recurso à solidariedade europeia. Talvez não em público, mas em privado, gente de quase todos os partidos achava que no fim a UE pagaria a conta, que nós eramos pequenos e que isso não seria muito pesado. Vimos, aliás, recentemente, como a maior parte dos eleitores da UE começa a reagir mal a pagar contas de outros países e acho que é um aviso que nós não deveremos ignorar.

Houve simultaneamente um falhanço da regulação e uma incapacidade de promover a concorrência e é a concorrência que leva a boas decisões económicas. Salientaria a má supervisão bancária- acho que é uma afirmação indesmentível, o papel condescendente do Banco de Portugal, o facto do Dr. Vítor Constâncio chegar a manifestar-se publicamente contra qualquer preocupação pelos desequilíbrios externos porque estávamos dentro do euro, más decisões de crédito da banca. Não se sabe muito bem o que é que já se limpou dos balanços em termos de imparidades e o que é que ainda há por limpar, mas é significativamente mais, se analisado à

nossa proporção do que aconteceu na vizinha Espanha, que num prazo relativamente curto e com um empréstimo especialmente dirigido a esse problema, limpou o sector bancário e o tem a funcionar em condições normais, o que, infelizmente, não é ainda o nosso caso. E tivemos também, durante todos estes anos que analisei, privatizações conducentes à criação de monopólios privados. Isso aconteceu em diversos sectores. Reconheço que é difícil num país pequeno não se cair nessa situação, principalmente em relação a bens em que haja pouca ou nenhuma concorrência externa.

Negociámos com os credores na 25^a hora um envelope financeiro insuficiente. A UE, neste esquema difícil de tomada de decisões a 28, achou que a Grécia tinha sido um caso especial e que já não poderia haver nada dessa dimensão. Nós, se calhar, precisaríamos de 100 ou 110 mil milhões, tivemos 78, uma parte deles, a parte respeitante à banca, ainda por cima utilizado insuficientemente e não logo desde o início. Não se considerou o caso especial das empresas públicas de transportes, que continuaram a pesar muito sobre o crédito, enquanto se fazia uma desalavancagem brutal de 160% para 120% no rácio de conversão de depósitos em crédito, o que significou o sector privado ter que se confrontar com uma diminuição do crédito, um problema que ainda não acabou.

Para tornar tudo isto ainda mais difícil, o prazo de três anos, que foi o que durou o programa de ajustamento económico e financeiro, era manifestamente insuficiente para corrigir desequilíbrios que eram muito maiores dos que os que levaram a anteriores intervenções do Fundo Monetário Internacional. Ninguém conseguiria fazer as alterações necessárias naquele período de tempo e não deixo de louvar a persistência do Governo nesse objectivo, que era muito importante para Portugal. Por termos conseguido cumprir o programa, nem nos apercebemos do que seria se tivéssemos atingido uma situação parecida com a da Grécia.

A execução do programa, e acho que é importante reconhecer isto, foi contrariada por quase todos os grupos de interesses em Portugal. Vou dar um exemplo gritante: estava previsto liberalizar o acesso às profissões em 12 meses. Ao fim de quatro anos vamos passar de 13 para 16 ordens

profissionais e não sabemos se de facto vamos ter alguma liberalização neste sentido. Os salários do sector privado não se adaptaram, gerando mais desemprego e sobrecarregando as despesas sociais e o Tribunal Constitucional ignorou as consequências constitucionais da integração de Portugal na UE e no Euro, no quadro da qual, deixando de ter moeda própria, não era possível que o Estado, através da emissão de moeda e de inflação fosse artificialmente satisfazendo compromissos crescentes. Mantivemos um mercado de trabalho dual, isto é, super protegido para os que já têm emprego e extraordinariamente precário e incerto para os que não têm, numa discriminação contra os mais jovens. Todos nós ouvimos toda a gente "*encher a boca*" dizendo que é preciso dar lugar aos jovens, que os jovens não podem ir para o estrangeiro, mas não há, ou não houve, até agora, consenso político para alterar aspectos muito importantes do mercado de trabalho. É aliás para mim surpreendente a resistência das confederações patronais à liberalização da negociação de salários, atrasando a resolução do problema da caducidade das convenções colectivas, posição muito influenciada por todas as associações patronais que têm quase como única função negociar contratos colectivos.

Houve muito adiamento de decisões da banca quanto à desvalorização de activos, dificultando o retorno ao normal funcionamento do sistema financeiro.

Com uma evolução da economia europeia muito mais difícil do que aquela que foi prevista na altura da negociação do acordo, é evidente que os objectivos não podiam ser atingidos e quase todos aqueles que hoje criticam a arquitectura do modelo, sabem perfeitamente que ele foi concebido para uma situação diferente daquela que nós vivemos, por ter havido um abrandamento muito significativo da actividade económica na Europa, com a própria Alemanha a entrar em alguns trimestres em recessão.

A forma de articulação entre as autoridades nacionais e os representantes dos credores da troika também não estava adaptada a que fosse fácil alterar medidas do programa, mesmo que fosse evidente essa necessidade.

Os representantes da troika não tinham margem de manobra para isso, não havia um interlocutor de "last resource", como se costuma dizer em relação ao sistema financeiro, para dizer "isto não pode funcionar em condições diferentes, é preciso fazer adaptações".

O governo tomou a decisão corajosa, politicamente inconveniente, de seguir em frente e de tentar cumprir o programa e obter uma saída limpa, o que considero que foi uma decisão muito importante para o nosso futuro. Não queria deixar de referir que é para a generalidade da classe empresarial muito incompreensível o facto de os partidos do chamado arco de governação e o Presidente da República não terem conseguido construir uma aliança nacional para dialogar com a troika, dialogar com os credores e obter algumas alterações ao programa, o que poderia ter ajudado a resolver melhor os gravíssimos problemas económicos e financeiros que nós tínhamos.

Apesar de tudo, conseguimos um reequilíbrio notável da balança corrente e de capital, uma redução da taxa de desemprego em que uma boa parte derivou da paragem da construção civil e da redução das obras públicas. Ninguém poderia conceber que essas actividades pudessem continuar ao nível a que estavam. Era inevitável, fosse qual fosse o programa de ajustamento. Esse aumento do desemprego tinha infelizmente que acontecer, mas mesmo durante esse período, o emprego de pessoas com o ensino secundário e ensino superior nunca deixou de crescer. Já em 2013 se via este crescimento. Houve, de facto, uma redução do emprego muito centrado nas pessoas com menos qualificações e é uma responsabilidade colectiva, e é uma responsabilidade para as empresas, encarar o problema da formação profissional e da educação de uma forma diferente da que tem sido feita até agora.

Com o PIB a crescer e com essa imagem externa credível, temos os nossos problemas todos resolvidos? É evidente que não. O ajustamento orçamental foi insuficiente, nós descemos o défice 15 mil milhões de Euros. Como? Aumentámos os impostos em 7 mil milhões, e reduzimos o investimento público em 8 mil milhões. No essencial, na despesa pública pode-se mexer

muito pouco e sem uma maioria de revisão constitucional, eu estou convencido que é praticamente impossível mexer neste aspecto, com a despesa corrente primária, como já disse, a significar 78% dos salários e das despesas sociais.

Para onde é que nós vamos agora?

O cenário positivo, em que gostava que todos pudéssemos acreditar, é o estabelecimento de um acordo inter-partidário longo, que estabeleça objectivos para a redução faseada das despesas públicas, que seja assumido por esse acordo inter-partidário e em que o ónus político não caia só sobre quem está no governo. Um pacto fiscal a 10 anos. E nesse sentido é muito preocupante que o Dr. António Costa tenha tomado como uma das suas primeiras decisões pôr em causa o acordo para a redução do IRC, que tinha sido negociado com o Partido Socialista. Precisamos de um programa a 10 ou 20 anos para a reforma progressiva do sistema de pensões. Ninguém tenha ilusões de que é possível resolver esse problema sem uma constância de políticas durante um prazo deste tipo. 10 a 20 anos é uma visão optimista. Os suecos decidiram fazê-lo em 30. Precisamos de um programa de modernização do Serviço Nacional de Saúde. A posição recentemente assumida ou sugerida pelo Ministro da Saúde de que, se queremos ter este Serviço Nacional de Saúde, temos que aumentar os impostos não é aceitável, porque o nível da carga fiscal em Portugal não é compatível com o crescimento da economia.

Precisamos de uma estratégia nacional de mobilização do potencial de crescimento económico e as organizações empresariais têm aqui um papel importante. Precisamos de promover activamente a concorrência e aceitar a destruição criativa. Sem deixar cair o que é velho não conseguimos criar o que é novo e tem futuro. E teremos que fazer as alterações constitucionais que sejam precisas para isso. A revisão da Constituição não é um objectivo em si. Ela não pode é impossibilitar decisões que sejam largamente sufragadas pela generalidade da população, se o forem. Se não forem, temos um outro cenário negativo, muito negativo. Pode resultar da inexistência de um governo maioritário, do subsequente clima de campanha

eleitoral permanente, que é fácil de prever, perda de credibilidade externa, precipitada por algum acidente decorrente da difícil situação na Grécia. Se tal acontecer, voltaremos a um novo programa de resgate.

Há aqui uma grande responsabilidade das organizações empresariais, que devem ter uma agenda exigente para o próximo acto eleitoral, definir objectivos, assumir compromissos e **negociar uma mudança significativa das condições de funcionamento da economia portuguesa, que sintetizaria em criar incentivos para os que querem correr riscos, para os que se querem internacionalizar, para os que querem inovar, para os que querem lançar novas actividades e reduzir a protecção daqueles que querem ficar sentados no mesmo sítio. O país não aguenta ter tão pouca gente a puxar para a frente e tantos sentados nas suas cadeiras.**

Muito obrigado.

Pedro Ferraz da Costa
Presidente da Mesa da Assembleia-Geral